

Pesquisadores apontam a institucionalização como caminho eficaz para combate às desigualdades sociais

02/08/2024

No Brasil, as desigualdades sociais são uma questão complexa e multifacetada, refletindo disparidades em várias dimensões da vida da população, como renda, educação, saúde, moradia e acesso a serviços básicos. A 5ª Conferência Nacional de CT&I trouxe para o debate as desigualdades e equidades sociais no País, em uma mesa temática realizada no terceiro e último dia do evento.

A busca por equidade social no Brasil é um processo contínuo que requer a colaboração entre governo, setor privado e sociedade civil, com foco em políticas inclusivas e justas que atendam às necessidades de todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. E, para que isso ocorra, a especialista em Sociologia Política e Teoria Sociológica e membro da Academia Brasileira de Ciências, Elisa Reis, defende o investimento em CT&I e critica a descontinuidade de práticas já estudadas e analisadas. “Eu acho que, no caso da ciência, quando a gente recomeça, a gente já perdeu muito. Então, nós temos que lutar para, de fato, institucionalizar. Institucionalizar não é nada mais do que transformar as práticas em práticas valorizadas, estáveis e recorrentes. Então, quer dizer, até a nossa disposição de investir em desenvolvimento social tem que ser uma prática. Não pode ser só uma aposta em planos”. Para ela, esta falta de continuidade é fruto de ações de personagens que se beneficiam da desigualdade social. “Algumas pessoas se beneficiam, têm ganhos a curto prazo, às custas da desigualdade, mas, como sociedade, nós todos perdemos. Perdemos talentos, energias criativas, então temos altos

custos sociais na desigualdade”.

As desigualdades de raça e de gênero também são pontos sensíveis dentro da busca da equidade social. Nesse sentido, a secretária de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Daniele Costa, afirma que não há política pública eficaz sem tratar os desiguais de forma desigual. “A política de assuntos afirmativos dialoga com a política de justiça social. Em um país tão desigual como o Brasil, a relação de políticas públicas diz respeito à atividade social dentro dessa perspectiva de uma justiça social redistributiva. E, por isso, são tão importantes os programas de transferência de renda como o Bolsa Família, pois se cria condições, de fato, de associar uma política de justiça social, uma política de igualdade por oportunidades. Porque ,no Brasil, a igualdade formal, garantida na Constituição de 88, ainda não é uma igualdade substantiva, ainda não é uma igualdade material”.

A participação ativa da sociedade civil e a pressão por políticas inclusivas e sustentáveis são cruciais para o avanço da equidade social. Para a co-fundadora e coordenadora do movimento Mulheres na TI, Ângela Leal, que está atualmente na área ambiental, social e de governança da tecnologia do Banco do Brasil, a desigualdade no mercado de trabalho precisa ser combatida. “Além das políticas públicas, eu acho que a gente pode fazer alianças dentro do mercado de trabalho, no ambiente público ou privado, para que a gente consiga alcançar, apoiar e mostrar modelos testados de geração de oportunidades. Um laboratório dentro da empresa, onde a gente dá modelos de informações sobre como atuar e ajudar a criar novas possibilidades para mulheres periféricas, por exemplo, é um caminho viável e muito possível de acontecer, como já vem acontecendo”.

A mesa temática Desigualdades e equidades sociais no Brasil foi mediada pela biomédica, Jaqueline Goes, reconhecida internacionalmente por coordenar o mapeamento do genoma da

Covid-19. Ela pontuou que, dentro da participação dos debatedores, as mulheres foram ponto crucial em todas as falas e que isso é uma mostra do quanto as mulheres são a base da sociedade. “Reduzir desigualdades para mulheres significa reduzir desigualdades para famílias, porque ela é a líder, ela é a que organiza a família, a que trabalha fora de casa e que precisa deixar seus filhos, às vezes com vizinhos, às vezes só os filhos dentro de casa. Então, quando a gente fala desse desenvolvimento social, está mais do que claro que é trabalhar para as mulheres também, é incluir mulheres, é discutir políticas para ciência e tecnologia para as mulheres também”.

5CNCTI- Realizada pelo MCTI e organizada pelo CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), organização social supervisionada pelo ministério, a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação tem como principal objetivo discutir com a sociedade as necessidades na área de CT&I e propor recomendações para a elaboração de uma nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) até 2030. A 5ª Conferência conta com o patrocínio Master do Banco do Brasil e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), patrocínio Ouro da Positivo e WideLabs, e patrocínio Prata da Caixa Econômica Federal e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Assista abaixo a íntegra da mesa:

Fonte: Ascom/MCTI.